

Genial detetive chinês



O juiz Jen Tsi Di investigava os crimes, descobria os culpados e, por fim, os punia. Esta e as demais ilustrações foram reproduzidas de "Os crimes da agulha prateada"

Robert Van Gulik, historiador holandês, especialista na história da China antiga, sobretudo na história da China do século VII da nossa era, tornou-se conhecido e respeitado na Europa e nos Estados Unidos graças à publicação de um minucioso estudo dedicado à "Vida Sexual na China Antiga", que continha revelações espantosas para os cristãos, na medida em que mostrava como as mulheres, apesar das limitações que lhes eram impostas, desfrutavam de uma liberdade erótica que, no Ocidente, naquele mesmo período, era inteiramente vedada ao sexo feminino.

Robert Van Gulik, que já dominava o idioma sânscrito, aprendeu o chinês antigo de modo tão completo que chegou não só a traduzir textos para o inglês como também passou a escrever coisa em chinês antigo. E, em seu mergulho na cultura chinesa do século VII, defrontou-se com um personagem real que lhe produziu uma impressão muito forte: o juiz Jen Tsi Di (em inglês "Dee").

Leandro Konder

Em 1940, quinze anos depois de ter iniciado seus estudos, o historiador Van Gulik leu um romance policial chinês do século XVIII, de autor anônimo, e verificou que o protagonista - o herói da história - era o juiz Jen Tsi Di (já transformado em personagem de ficção). O historiador holandês ficou tão encantado pela obra que a traduziu para o inglês. Mas não ficou nisso: resolveu escrever, ele mesmo, uma série de romances policiais aproveitando o herói em novas aventuras.

O romance policial chinês é um gênero antigo, tem tradições: sua origem é bem anterior à do romance policial ocidental. Quem banca o detetive e tem a tarefa de resolver os casos mais complicados é sempre o magistrado, que está a serviço do Imperador e zela para aplicação da lei. Em geral, o magistrado enfrenta três ou quatro casos simultaneamente (e, portanto, trabalha três ou quatro vezes mais do que os detetives dos romances ocidentais).

O juiz Jen Tsi Di nasceu em 630, filho de um conselheiro imperial. Estudou na capital, fez exames "literários" de admissão à carreira de funcionários e se tornou magistrado. Morreu com 70 anos de idade no ano 70 cerca de pelo respeito e pela admiração de seus contemporâneos, em decorrência da habilidade com que investigava os crimes ocorridos em sua jurisdição, descobria os culpados e os punia exemplarmente.

Há pouquíssimas informações a respeito dos casos reais que o juiz solucionou. Van Gulik, então, nos apresenta o magistrado às voltas com casos fictícios. O que importa para os leitores, porém, é que o historiador se revela competentíssimo na arte de narrar, prendendo o interesse de quem lê, através de um hábil suspense, na linha do que o romance policial tem produzido de melhor, no Ocidente.

O juiz Di, na ficção de Van Gulik, assume seu primeiro posto como magistrado em 663 na cidade de Peng-lai. As aventuras desse período estão contadas nos volumes "The Chinese Gold Murders" e "The Lacqueur Screen", ainda não traduzidos. Nesse primeiro período, o herói recruta dois auxiliares, Tai Tsiao e Jong Ma, dois "cavaleiros das florestas verdes" (eufemismo para designar bandidos, saltadores de estradas). Num primeiro contato com eles, o juiz se dá conta de que são homens de b. m., levados à delinqüência por injustiças cometidas contra eles.

O segundo posto assumido pelo magistrado é Han-yuan, em 666. Ali o juiz recruta mais um auxiliar, Gan Tao, consumado vigarista, homem de dedos ágeis e inteligência aguda, que

simpatiza com o magistrado e passa a ajudá-lo a resolver os casos mais encrencados. Esses casos se acham nos volumes: "The Chinese Lake Murders", já lançado aqui, e "The Haunted Monastery".

Seguem-se outros três volumes relatando os casos resolvidos no distrito de Pu-yang e mais dois volumes dedicados à investigação das empreendidas no distrito de Lan-gang, no extremo norte do império. Ainda no norte, o juiz é transferido, em 678, para Pei-tcheu, seu último posto antes de ser promovido para a Corte Metropolitana de Justiça, na capital da China.

prateada" é um magistrado que já adquiriu experiência e notoriedade, galgou muitos degraus na carreira, enfrentou adversários poderosos e sabe que os grandes interesses por ele contrariados gostariam muito de vê-lo em desgraça.

Tratando-se de um romance policial, é claro que eu não teria o péssimo gosto de antecipar aqui para o leitor o que acontece no livro, passando-lhe informações que diminuiriam o prazer da leitura. Não estou interessado em estragar nenhuma alegria: gostaria, sinceramente, de ver o público leitor brasileiro se deliciando com a saga do juiz Di, narrada por Van Gulik.

Algumas coisas, porém, podem ser ditas. O quadro de referências de que o leitor dispõe pode ser enriquecido com alguns dados que não estão explicitados no volume editado pela Difel. O juiz Di nos é mostrado num momento extremamente delicado da sua carreira, enfrentando um desafio que o coloca diante de um dilema assustador: o agir com prudência, sensatamente, atendo-se às provas e deixando persistir uma injustiça, ou então ousar ultrapassar os limites da prudência e da sensatez, não se atendo às provas, seguindo a intuição e tentando desmascarar uma mentira.

Nos romances policiais chineses tradicionais, os magistrados eram apresentados como seres humanos perfeitos, como encarnações da Lei, pessoas ungidas, campeões míticos da Justiça. Van Gulik teve a lucidez de não se prender a esse esquema: seu personagem central - o juiz Di - é humano demais para ser perfeito. Em alguns momentos, ele chega a ser irritante, com seu confucionismo quadrado, com seu desprezo ortodoxo pelas opiniões alheias, budistas, céticas ou taoístas. As vezes, ele se mostra excessivamente formalista na aplicação da letra da lei, do código penal que prevaleceu na China durante tantos séculos, até a proclamação da República, em 1911.

Mas são exatamente esses defeitos, essas limitações, que o tornam mais convincente, que lhe conferem traços individuais mais nítidos e nos dão a impressão de estarmos, de fato, diante de um ser humano de carne e osso, enraizado na sociedade chinesa do século VII.

O magistrado é um homem do seu tempo. No entanto, ele é também um justo. E um justo precisa estar atento aos pedaços de justiça que existem no campo do crime. Se, por um lado ele é antigo, apegado às normas consagradas, à ordem constituída, por outro lado ele é moderno, consegue ser flexível, admirar as qualidades humanas dos seres cujo comportamento lhe inspira repulsa e áspera condenação. Em "Os crimes da agulha prateada", há uma passagem na qual o juiz Di, surpreendido por uma criatura terrivelmente perversa, que desmoraliza uma acusação dele contra ela, declara a seu auxiliar Jong Ma: "Confesso que tenho admiração pela força de vontade dela, por sua extraordinária vivacidade de espírito."

O juiz Di é um homem de bem, com toda a força de seu coração, com toda a inteireza do seu caráter. Mas não desconhece o charme do Mal. E essa compreensão do "lado noturno" da realidade humana funciona como uma espécie de antídoto contra a ingenuidade que costuma se apropriar da alma dos heróis de epopéia, artificialmente construídos pelos autores de histórias de "mocinho e bandido".

O genial detetive chinês inventado por Van Gulik está familiarizado com as contradições e complexidades da alma humana: é um fino psicólogo. E isso ajuda muito nas investigações empreendidas. Como na China do século VII não existiam, obviamente, as técnicas e recursos mais modernos da investigação policial (não havia, por exemplo, a identificação das impressões digitais), o juiz Di precisava se apoiar muito mais na observação das pessoas com as quais lidava, no esforço de compreensão do caráter delas, das motivações que as guiavam nas suas ações.

Nas condições em que viveu, o magistrado só podia ser um investigador de gênio se fosse, também, um craque da psicologia. Essa, aliás, é a convicção da brasileira Eunice Diniz Reis, radicada em Paris, que foi quem me fez descobrir o juiz Di, nas edições francesas, em formato de livro de bolso (série "Grands détectives", coleção 10/18).

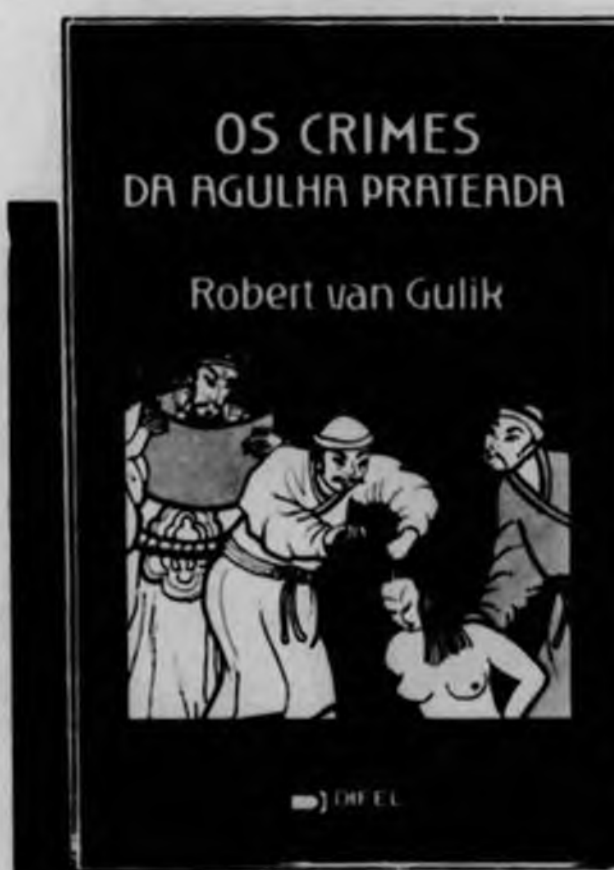
Esperamos que os leitores brasileiros tenham agora todas as alegrias que os leitores de língua inglesa e de língua francesa já tiveram com a publicação completa da obra de Van Gulik.



Serviço

A Editora Bertrand distribui no Brasil os livros de Robert Van Gulik. Além de "Os crimes da agulha prateada", a editora

colocou no mercado os seguintes títulos: "Os crimes do sino dourado", "Os crimes do lago chinês" e "Os crimes da estátua dourada".



"Os crimes da agulha prateada", de Robert Van Gulik. Tradução de Fernando Amorim. Edições Difel. 226 páginas. Cz\$ 1.890,00

É em Pei-tcheu que se passa a ação relatada no livro que a Difel está lançando agora no Brasil: "Os crimes da agulha prateada", em tradução de Fernanda Amorim. Respeitada a cronologia fixada por Van Gulik para a "biografia" do juiz Di, este seria o 12.º volume numa série de quinze (há um décimo-sexto livro com oito contos que relatam episódios de períodos muito diversos da vida do magistrado).

Essa circunstância não impede a leitura, nem mesmo a prejudica, já que cada "romance" é autônomo e pode ser lido com total independência em relação aos demais. Vale a pena, contudo, prevenirmos os leitores de que o protagonista de "Os crimes de agulha